



As Políticas Sociais no contexto da reprodução da força de trabalho na dinâmica do capital

Antônia Ângela de Lima¹ ; Theóphilo Michel Álvares Cabral Beserra²

Resumo: A investigação ora apresentada teve por objetivo analisar as possibilidades que as Políticas Sociais oferecem na geração de emprego e renda através da qualificação profissional no contexto da reprodução do capital. A presente pesquisa caracterizou-se como descritiva bibliográfica, com abordagem qualitativa, embasado no método crítico dialético. O seguinte trabalho está estruturado em relevantes indagações, onde o primeiro abordará as relações sociais frente ao conflito capital e trabalho perpassando o diálogo sobre a reestruturação e flexibilização das condições de trabalho na contemporaneidade, seguindo a discussão com relação ao surgimento das primeiras escolas de qualificação profissional no Brasil, finalizando com uma breve contextualização das políticas de ensino profissionalizantes a partir da década de 1990 no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Qualificação profissional. Trabalho.

Social Policies in the context of reproduction of the labor force in the capital dynamics

Abstract: The research presented here was to analyze the possibilities that social policies offer the generation of employment and income through professional qualification in capital reproduction context. This research was characterized as descriptive literature with a qualitative approach, based on the critical method dialectical. The following work is structured in relevant inquiries, where the first address the social relations outside the conflict capital and labor permeating the dialogue on restructuring and flexible working conditions in contemporary society, following the discussion regarding the emergence of the first schools of professional qualification in Brazil, ending with a brief background of vocational education policies from the 1990s in Brazil.

Keywords: Social Policy. Professional qualification. Work.

Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil surge de forma consolidada, na última década, como uma das principais políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na área da educação, sendo composta por um conjunto de ações e programas desde a reformulação das Escolas Técnicas e Centros Tecnológicos até a implementação de novos programas de ensino tecnológico profissionalizante nos anos 90.

¹ Mestranda em educação pela Anne Sullivan niversity. E-mail: angelaxavieroliveira@hotmail.com;

² Licenciado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri - URCA, Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela URCA, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor do Instituto Centro de Ensino Tecnológico CENTEC e Professor do Mestrado em Educação da Anne Sullivan University. E-mail: mic.beserra@hotmail.com.



O interesse pelo estudo da presente temática acontece pela necessidade em compreender como acontece a efetivação das políticas de profissionalização, bem como compreender a importância das políticas de educação técnica no atual contexto de incentivo à profissionalização.

É na dinâmica de um desenvolvimento rápido das forças produtivas, em grande escala, presente nas atividades de qualificação profissional, que surge como centro decisório o Estado, assumindo a manutenção para o equilíbrio do sistema de acumulação de capital (IAMAMOTO,2011).

O presente estudo teve como objetivo analisar as possibilidades que as Políticas Sociais propiciam, quanto a geração de emprego e renda, através da qualificação profissional no contexto da reprodução do capital. Está estruturado em quatro tópicos. No primeiro momento, enfocou-se as transformações no mundo do trabalho, trazendo discussões acerca das relações frente ao conflito capital e trabalho, entendendo-se que esses conflitos se dão nas diversas formas de organizações no mundo do trabalho e no acirramento das crises dentro do modo de produção, evidenciando um contexto de precarização e flexibilização do trabalho. Com o objetivo de perceber as novas configurações da organização da produção, bem como do novo modelo de regulação do trabalho, discutiu-se sobre a reestruturação produtiva e a flexibilização das condições de trabalho na contemporaneidade que se alia às transformações na forma de organização da produção, sobretudo diante da exacerbação da subordinação do trabalho pelo capital.

Os dois últimos tópicos, discutem as políticas sociais no contexto da reprodução da força de trabalho na dinâmica do capital, partindo do estudo sobre o surgimento das primeiras escolas de qualificação profissional no Brasil, perpassando pelas políticas de ensino a partir da década de 1990. Com a presente pesquisa visa-se contribuir para que o meio acadêmico, bem como a sociedade, possa verificar as possibilidades que os programas de ensino técnico e profissionalizante oferecem na garantia do direito do cidadão à inserção no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional, que, por sua vez é um mecanismo fundamental em vista das exigências do mercado de trabalho na atual era do capitalismo globalizado.

As Relações Sociais frente ao conflito: Capital e Trabalho

Presume-se que a intensificação das relações sociais entre capital e trabalho se dá nas diversas formas de organizações no mundo do trabalho e no acirramento das crises por meio do modo de produção, e é nesse contexto de precarização e flexibilização do trabalho, reafirmado pela luta constante a um lucro e produtividade posta pela ordem vigente, que atinge constantemente a classe trabalhadora surgindo então uma sociedade classista.



Parte-se, então, do pressuposto do surgimento de uma sociedade classista oriunda das relações de produção capitalista, a qual é reafirmada fundamentalmente pelo tripé acumulação, propriedade privada e exploração da força de trabalho (SILVA, 2010). Essa dinâmica de concentração do excedente produtivo e dos meios de produção é fundamental para compreender-se o surgimento das classes sociais fundamentais, que se polarizam em tal sistema: a classe burguesa, detentora dos meios de produção, e a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de salário.

Assim sendo, Silva (2010) salienta que,

A existência de possuidores de dinheiro e possuidores de [...] forças de trabalho não faz parte da história natural, tampouco constitui processo social comum a todos os períodos históricos. Esse fato é consequência de um desenvolvimento histórico que resultou na decadência do processo de formação da produção social. Nesse sentido, a mudança dessa realidade está condicionada e imprescindível da completa inversão lógica e histórica das condições que a determinam: propriedade privada e divisão social do trabalho (SILVA, 2010, p. 02).

Desse modo, a produção e reprodução das relações sociais sob o capitalismo, não se limita apenas à reprodução dos meios de produção, envolve, sobretudo as contradições de classe (capital e trabalho), no âmbito das relações sociais e seus meios de produção.

No âmbito das relações capitalistas de produção, é preciso ressaltar que é no cerne da sociedade mercantil que o trabalho é distribuído, mas vale salientar que a sua regulação é concretizada indiretamente pelo mercado através da troca de coisas, subtendendo que o valor mercantil não caracteriza coisas, mas um tipo de relações sob as quais as coisas são produzidas. No entanto, esse valor das mercadorias aparece como uma relação de produção entre as pessoas, que estão vinculadas entre si através das coisas, dos produtos do trabalho, assumindo assim a função de um intermediário entre as relações sociais (IAMAMOTO, 2010).

No entanto, o valor de mercadoria é determinada relação social tomada como coisa, onde o trabalho útil que dá sentido ao valor, produz um valor de uso determinado, através de um trabalho técnico-material concreto, dirigido por produtores individuais mercantis e não pela sociedade.

Iamamoto (2010) salienta que,



Aí essas relações adquirem a forma material de coisa e só podem ser analisadas sob essa forma, visto que o caráter social do trabalho só pode expressar-se no valor mercantil. Assim, a lei do valor analisa as relações entre pessoas que estão vinculadas entre si através das coisas, conformando um padrão histórico de sociabilidade indissolúvel do fetichismo da mercadoria (IAMAMOTO, 2010, p. 61).

Dessa forma, entende-se que a forma social do capital tem um papel fundamental para o surgimento das relações sociais, pois é na condução de um sistema de reprodução de determinada produção mercantil, que essas relações se estabelecem, transformando essas condições de trocas de valores a uma condição histórica.

Assim sendo é importante salientar que, ainda segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 36), “Assim a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas”. Partindo do pressuposto de que o capital aparece como uma relação social advinda da forma de produzir coisas e valores, é esse universo de correlações de forças entre capital e trabalho que expressa as relações como relações mistificada na superfície da sociedade.

Cumprir frisar que os produtos como forma de mercadoria, são produtos de trabalho que necessita de troca, tornando assim esse trabalho como valor de uso¹ para outros, com a finalidade da troca. Sendo assim, a mercadoria como produto de trabalho aparece como caráter social. Há de convir que o controle do capital se dá na produção em larga escala e na centralização e concentração dos meios de produção por parte da classe burguesa, tornando então o trabalhador como produto do trabalho e propriedade do sistema vigente (IAMAMOTO, 2010).

Cabe destacar que é na produção do trabalho excedente apresentado no processo produtivo, através dos meios de produção como busca excessiva de determinadas mudanças de valor de uso, que surgem as relações entre o trabalhador e o meio de produção, invertendo os papéis sociais onde o trabalho vivo passa a ser um meio de valorização dos valores. No entanto, a força de trabalho é convertida em capital, e, desse modo, esse sistema passa a explorar todas as vantagens extraídas da classe trabalhadora sob forma de salário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

A autora Iamamoto e Carvalho (2011), em linhas abaixo explana de forma clara como se dá o processo das relações sociais que envolvem a condição de trabalho assalariado:

Assim, quando o capitalista converte parte do seu capital em força de trabalho, o que obtém é uma exploração de todo o seu capital. Obtém vantagens não só do que extrai do trabalhador, mas do que entrega à classe trabalhadora sob forma de salário. O processo capitalista de produção produz o trabalhador divorciado das condições de trabalho; o reproduz como trabalhador assalariado. Esta “vassalagem econômica

¹ O valor de uso de uma mercadoria pode ser visualizado como as qualidades físicas da mercadoria, ou seja, sua capacidade para satisfazer as necessidades humanas, sua utilidade social, e o valor de troca é resultado do tempo socialmente necessário para a produção dessa mesma mercadoria (NETTO; BRAZ, 2011).



se disfarça pela ocorrência da renovação periódica da venda de força de trabalho, seja devido a troca de padrões individuais, seja devido as oscilações de preço da força de trabalho no mercado. Do de vista social, a classe trabalhadora é um atributo do capital. Mas o próprio processo cria as aparências mistificadoras que evitam que a revolta se expresse e garantem a continuidade do processo produtivo. A reprodução das relações de dominação é também reprodução das formas jurídicas igualitárias e livres que as mascaram (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 58).

Torna-se evidente que o processo de trabalho e capital esta simultaneamente no mesmo processo de relações entre classes, é nesse contexto do processo produtivo que a classe trabalhadora aparece como força produtiva do capital, permeados pelo meio de produção de valores de uso e da troca.

Ressaltando que dentro dessa relação, o salário pago pelo capitalista ao trabalhador não expressa verdadeiramente o valor real do seu salário, uma vez que a maior parte do valor produzido pelo trabalhador é apropriado por aqueles que são detentores dos meios de produção. Assim, o salário se torna, na realidade, uma mistificação, levando o trabalhador a acreditar que sua força de trabalho está sendo paga.

É lícito supor que as relações sociais são permeadas contradições no ciclo do capital, pois é na dinâmica do capital que surgem as expressões da questão social², produzidas, sobretudo, por meio da apropriação da mais-valia por parte da classe burguesa, implicando, assim, numa concentração de renda, pois a classe trabalhadora passa aumentar a lucratividade da classe burguesa, reduzindo então a própria possibilidade de uma transformação emancipatória por meio do trabalhador.

Salientar como se dá o processo de mais-valia se faz necessário, pois esse processo de extração da força de trabalho terá como pano de fundo para se entender como se dá as relações sociais entre as classes, no âmbito da produção e reprodução do valor,

A **mais-valia** é o acréscimo de valor que surgiu no *processo de produção*, valor criado pela força de trabalho que, [...] produz um valor maior (excedente ao que custa. A apropriação, pelo capitalista, desse excedente configura a *exploração* do trabalho pelo capital (NETTO; BRAZ, 2011, p. 128, grifos dos autores).

Nesse sentido, a dinâmica representativa do valor das mercadorias se evidencia por meio da força de trabalho extraída sob a mais-valia, a qual é uma forma de o capitalista

² “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 84).



subtrair o valor criado pelos trabalhadores no âmbito do processo produtivo. É na movimentação desse valor que as classes reproduzem a lógica do capital, sendo a compra de força de trabalho transformada em valor de troca, para a finalidade de valor de uso.

Em linhas a seguir Netto e Braz (2011) abordam como se dá essa apropriação do valor excedente extraído através da mais-valia:

Nota-se que, ao se apropriar desse valor excedente [...] ao *extrair* do trabalhador a mais-valia –, o capital não deixou de pagar o valor da força de trabalho: é que o salário representa sempre um montante de valor *inferior* ao produzido na jornada de trabalho. A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz *mais* valor que aquele necessário à sua produção/reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador o excedente (a mais-valia, fonte do seu lucro). Numa palavra, do valor criado pela força de trabalho, a parte que excede o valor de sua produção/reprodução é apropriação pelo capitalista – a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa **relação de exploração** que se funde o MPC (NETTO; BRAZ, 2011, p. 111, grifos dos autores).

Percebe-se que, o salário pago ao trabalho não faz justiça ao valor produzido pelo mesmo no âmbito do processo produtivo, uma vez que durante a jornada de trabalho, o operário produz um valor que vai além de sua remuneração. Valor esse que lhe é subtraído pelo capitalista, se tornando a fonte de lucro desse último.

Esclarecidas as relações sociais frente ao conflito capital e trabalho, se torna necessário enfatizar as condições de forma a explicitar as peculiaridades que a produção de mercadoria possui no âmbito das citadas formas de organização do processo produtivo.

A reestruturação e flexibilização das condições de trabalho na contemporaneidade

Aliando-se às transformações na forma de organização da produção, sobretudo com a exacerbção da subordinação do trabalho pelo capital, tem-se o neoliberalismo, o qual traz consigo uma grande diminuição das conquistas sociais, reduzindo ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora. Antunes (2010) destaca que,

Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc., dos



diversos países onde são vivenciadas, afetam diretamente o operário industrial tradicional, acarretando metamorfoses no ser do trabalho (ANTUNES, 2010, p. 42).

Todas essas transformações que afetaram a classe trabalhadora ocasionou um progressivo ataque às formas de representação da classe trabalhadora, na tentativa de desorganizar as lutas sindicais que eram fortes no âmbito da organização fordista. Todas essas transformações no mundo do trabalho desencadearam um aumento no desemprego estrutural, trazendo um retrocesso às ações sindicais, pois o individualismo exacerbado implicaria para contribuir com essa nova ordem produtiva, trazendo consequências negativas para a classe trabalhadora.

Segundo Anderson (1995),

A chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973³, quando todo mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terrenos (ANDERSON, 1995, p.10).

No entanto, o neoliberalismo emergiu no contexto seguinte à II Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, onde o capitalismo dominava. Essa doutrina econômica foi uma resposta à política *Keynesiana*⁴ do *WelfareState*, na qual o Estado praticava intervenções no âmbito econômico. Os antipatizantes do modelo de bem-estar começaram, a partir disso, a criticar intervenções estatais no mercado, justificando que isso seria um atentado contra liberdade econômica e política.

Os neoliberais lutavam assim, contra o Keynesianismo, pois projetavam que o capitalismo fosse livre – livre mercado. Isso aconteceu em um contexto de grande crescimento e avanço do capitalismo – durante as décadas de 1950 e 1960. Por causa dessa situação foi que os protestos neoliberais não se mostraram plausíveis. (ANDERSON, 1995).

Anderson (1995) ainda salienta que os neoliberais terciam críticas contra regulação social; pois acreditavam que o igualitarismo criado pelo Estado de bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos, bem como a livre concorrência que, para os neoliberais, era

³ Esse também representou o momento de declínio do período que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social.

⁴ O Keynesianismo possuía como principais características: “gerar emprego dos fatores de produção via produção de serviços públicos, além da produção privada; aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86).



responsável pela prosperidade. Defendem ainda que a desigualdade seria algo necessário nas sociedades ocidentais, como forma de manter a competição e a estimular a economia.

Segundo Yamamoto (2010),

Com a crise dos anos 70, as ideias neoliberais preconizavam a desarticulação do poder dos sindicatos, como condição de viabilizar o rebaixamento salarial, aumentar a competitividade dos trabalhadores e impor a política de ajuste monetário. Essas medidas tem por fim atingir o poder dos sindicatos, possibilitar a ampliação da taxa “natural” de desemprego, implantar uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduza os impostos sobre as altas rendas e favoreça a elevação das taxas de juros, preservando os rendimentos do capital financeiro (IAMAMOTO, 2010, p. 141, grifos da autora).

Assim, os liberais avançaram, responsabilizando a intervenção estatal, bem como o movimento operário pela crise, enfatizando que o poder de reivindicação e pressão salarial que os sindicatos adquiriram no Estado de bem-estar fizeram com que o Estado aumentasse os gastos sociais. Segundo os neoliberais essa situação fez com que os lucros empresariais diminuíssem e a inflação aumentasse.

Partindo desse pressuposto, os neoliberais trouxeram como resposta à crise, aspectos tais como um Estado forte e capaz de controlar os sindicatos, bem como o rompimento com o intervencionismo estatal nas esferas social e econômica, pois o Estado deveria ter como objetivo principal a estabilização da moeda. Preconizavam ainda a diminuição com os gastos sociais, bem como a manutenção do desemprego, aumentando o exército industrial de reserva, como forma de pressionar os sindicatos.

Anderson (1995) afirma que, nesse momento, o quadro do neoliberalismo passa a ser positivo, a partir de êxito na contenção da crise de 1970, com a queda da inflação nos países onde foi implantado. O neoliberalismo alcançou vitórias como a recuperação dos lucros, a derrota do movimento sindical, a contenção das greves, bem como dos salários da classe trabalhadora, e ainda o crescimento da taxa de desemprego, ponto necessário para a economia de mercado.

Pode-se dizer, portanto, que a política neoliberal nesses aspectos foi eficiente para a movimentação capitalista. Porém, as taxas de crescimento foram estáveis e não exorbitantes. A razão disso está no fato de que a política neoliberal fez com que expandisse a especulação, em detrimento das condições produtivas.



Portanto, a influência da reestruturação produtiva não se limitou ao mundo do trabalho, atacou também o Estado, culpando-o pela crise capitalista. A classe trabalhadora foi a mais atingida no processo de avanço como neoliberalismo, sendo atingida em sua representatividade operária, bem como em sua estabilidade empregatícia, diante do crescimento do desemprego.

Segundo Couto (2008), no Brasil, o neoliberalismo vai adentrar na década de 1990, com o Governo Collor (1990-1992), mas é nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1995-2002) que vai se tornar mais evidente. Assim, tendo como pressuposto a viabilização das reformas fiscais ditadas pelas organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, o Governo FHC viabilizou os ajustes neoliberais no Brasil.

De acordo com Carinhato (2008), os ajustes neoliberais no Brasil, tinham como objetivo o,

[...] Combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma ênfase na necessidade de ajuste fiscal. Junto dessas orientações, ainda podemos citar a reforma do Estado – mormente privatizações e reforma administrativa – desregulamentação dos mercados e liberalização comercial e financeira. Aplicadas tais políticas reformistas, o país estaria apto para o crescimento econômico (CARINHATO, 2008, p. 4)

O crescimento econômico era, então, a principal justificativa para os ajustes neoliberais no Brasil, bem como a busca pela estabilização econômica, por meio do combate à inflação. Assim, a privatização em massa das empresas estatais, a realização de empréstimos junto aos organismos internacionais, bem como a abertura econômica foram as principais características do Governo FHC. Tais estratégias eram justificadas como um requisito para que o país ganhasse competitividade.

Sobre esse período de ajuste neoliberal no Brasil, Iamamoto (2011), expõe que a participação do Estado em relação ao financiamento dos serviços do tipo social foi diminuída, o que trouxe fortes consequências para o campo social, tais como:

O retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além da queda dos níveis educacionais dos jovens (IAMAMOTO, 2010, p. 147).



Portanto, os ajustes neoliberais tendo como foco o crescimento econômico, não possibilitaram o desenvolvimento social, ao contrário, tornou a sociedade ainda mais desigual, na medida em que as políticas sociais públicas, que são consideradas onerosas pelos neoliberais, tiveram seu financiamento tendo em vista a busca pela consolidação de um Estado Mínimo.

O surgimento das primeiras escolas de qualificação profissional no Brasil

Para se compreender como se dá as relações e o surgimento de políticas públicas de ensino profissionalizante, é preciso ter em presente que esse tipo de ensino se constituiu como um mecanismo de controle da força de trabalho, dentro da manutenção da reprodução do capital. Sendo assim, faz-se necessário adentrar inicialmente como se deu o surgimento de políticas públicas pelo direito à educação profissional.

Segundo Fonseca (1961), a formação do trabalhador no Brasil iniciou desde os tempos mais antigos da colonização, marcados por um ensino de aprendizagem de ofício, sendo que os jesuítas eram os educadores dos índios e escravos. De acordo com o mesmo autor “[...] habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68). Nesse contexto, o trabalho braçal era visto como algo estritamente vinculado à condição de pobreza.

É na descoberta do ouro em Minas Gerais que se amplia a necessidade de qualificar a mão de obra, para trabalhar nas Casas de Fundação⁵ e na Casa da Moeda, as quais foram fundadas em razão da grande quantidade de ouro extraído naquela época. Assim, nesse contexto surgiu a necessidade de um manuseio qualificado desses materiais extraído das minas, contribuindo, então, para um aperfeiçoamento técnico dos seus ofícios (FONSECA, 1961).

Vale ressaltar que surge no mesmo período a criação de Centros de Aprendizagem de Ofícios no Arsenal da Marinha brasileira, os quais passam a recrutar aprendizes, onde esse recrutamento era feito por operários especializados trazidos de Portugal (FONSECA, 1961). É

⁵ Segundo Prado Júnior (2006), as Casa de Fundação eram os locais onde o ouro recolhidos nas minas eram fundido, ou seja, transformado em barras, para serem posteriormente enviado aos seus proprietários. Essas casas eram controladas pela Coroa Portuguesa.



preciso salientar que a única exigência para o recrutamento era que o indivíduo tivesse capacidade para produzir.

De acordo com Prado Júnior (2006), no Brasil, a educação profissional nos anos de 1800 era destinada às camadas mais pobre da época, como as mulheres, crianças e jovens advindos das famílias estrangeiras empobrecidas. Nos ofícios manufatureiros, exerciam-se atividades como encadernação, tipografia, tornearia, sapataria, alfaiataria, tecelagem, fiação costura e carpintaria.

Fonseca (1961) expõe que é no bojo de abertura de Portos brasileiros ao comércio com Nações estrangeiras, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, que se começa o processo de consolidação da indústria, haja vista que até então os ofícios eram eminentemente artesanais. Nesse processo surge uma nova demanda de qualificação da força de trabalho, contribuindo assim para o surgimento de escolas profissionalizantes e a implantação de uma forma organizacional de ensino público no país.

Ainda segundo o autor citado,

A tentativa de organização do ensino revelava uma tendência à evolução do conceito dominante sobre o ensino profissional, pois mostrava que a consciência nacional começava a se preocupar com o problema (FONSECA, 1961, p.128).

Mostra-se então o interesse em qualificar alguma mão de obra, haja vista as necessidades da camada elitizada que aumenta com a chegada da Corte Real Portuguesa. O expoente desse processo é a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, no Rio de Janeiro. Essa instituição serviu de referência para a criação de outros estabelecimentos de ensino profissionalizantes.

De acordo com Cunha (2000), em 1875, no Rio de Janeiro, foi criado o Asilo dos Meninos Desvalidos⁶, sendo voltado às crianças com idade de seis a doze anos encontradas em situação de mendicância nas ruas da cidade. Segundo o citado autor, crianças eram levadas pelas autoridades policiais para a unidade, com o objetivo de que as mesmas recebessem instrução educacional, sendo que posteriormente, quando aprendido o ofício, elas deveriam trabalhar para pagar sua aprendizagem.

⁶ O chamado Asilo dos Meninos Desvalidos foi uma instituição educacional instalada na Corte, pelo Governo Imperial, em 1875. A matrícula era facultada aos meninos identificados como pobres, entre 6 e 12 anos de idade.



Percebe-se que se tratava de uma formação compulsória, ou seja, baseada na coerção da força de trabalho, como forma de manter controladas as pessoas consideradas “miseráveis”, as quais deveriam, portanto, contribuir de alguma forma para a economia do país, com o único objeto que poderia dispor: sua força de trabalho. É importante destacar que é com o fim da escravidão e com a proclamação da república que nasce um novo panorama dessa relação de ensino de ofícios para um ensino técnico.

O marco histórico da educação profissional no país se deu no início do século XX, sobretudo nos anos de 1909 quando o Governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha assumiu o poder de 1909 a 1910. O referido presidente assinou o Decreto Lei nº. 7.566⁷, criando unidades federativas de ensino, as chamadas as Escolas de Aprendizes Artífices. Criou ainda o ensino agrícola com o intuito de qualificar a mão-de-obra especializada no campo da agricultura, da própria indústria e do comércio (BRASIL, 2013b).

Nesse processo se fortalece a oferta de profissionalização de mão de obra, diante da demanda por qualificação, já que o país estava vivenciando um novo modelo de economia pautada na indústria, uma vez que anteriormente a economia brasileira era eminentemente agroexportadora.

É nesse contexto de surgimento de indústrias que o Estado passa a investir em políticas sociais voltadas para a educação no intuito de fortalecer o sistema, dando subsídios para o aumento de lucratividade, bem como da produção dos bens materiais produzidos nas empresas. Assim, é no investimento da qualificação da força de trabalho que o Estado passa a contribuir com o sistema dominante, decretando leis com a finalidade de qualificar a força de trabalho.

Daí então, ao longo dos anos, esses decretos são criados e recriados de acordo com a demanda de produção e reprodução das relações sociais. São exemplos o Decreto-Lei nº 4.073/1942, que ficou conhecida como a Lei Orgânica do Ensino Industrial; o Decreto-Lei nº 6.141/1943, denominada de Lei Orgânica do Ensino Comercial; o Decreto-Lei nº 9.613/1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, bem como a Lei nº. 4.127/1942 que Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, ressaltando que essa última teve o poder de transformar as escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e

⁷ Lei nº. 7.566. Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. “Créa nas capitães dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito”.



Técnicas, oferecendo uma formação profissional técnica vinculada ao ensino industrial e comércio (BRASIL, 2013b).

É imprescindível ressaltar que é dentro dessa relação política e econômica voltada para ao benefício e ao serviço da indústria, que o Estado vai construir estratégias, bem como buscar mecanismo viabilizadores da expansão do setor industrial. Como já se viu uma das principais estratégias, nesse contexto, foi a construção da legislação social voltada a essa área.

Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, tem-se a importância do surgimento de unidades de ensino profissionalizantes no Brasil, sendo marcada historicamente por transformações relevantes no meio econômico, social e político, pautado agora na expansão das atividades produtivas advindas da grande expansão industrial.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 257) “Essa expansão da produção industrial se fará acompanhar de uma intensificação da taxa de exploração da força de trabalho”. Assim, à medida que avança o aprofundamento da industrialização brasileira, e com ela o crescimento da classe operária, tem-se a exacerbação da exploração da força de trabalho pelo capital. Nesse sentido, a legislação é uma peça chave na regulação da relação entre capital e trabalho. Ainda de acordo com a autora citada,

A legislação social se constitui de dispositivos legais que coíbem os maiores excessos e formas “primitivas” de extração de trabalho excedente, mas, em última instância, representa a reafirmação da dominação do capital e nunca seu contrário. Incorpora objetivamente reivindicações históricas do proletariado, para torná-las um acelerador da acumulação através da regulação e disciplinamento do mercado de trabalho, o que traz o avanço da subordinação do trabalho para o capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 251).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que surgem leis sociais que contemplam alguma garantia para a classe operária, essa mesma legislação também consolida e reafirma a dominação do proletariado pelo capital, ou seja, a incorporação de algumas demandas da classe operária, nada mais é do que uma estratégia para acelerar a produção e aumentar a lucratividade do capital.

Dando continuidade à política de ensino profissionalizante para atender as demandas da indústria por mão de obra especializada, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)⁸, em 1942. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p. 59), a referida

⁸ O SENAI foi criado por meio do Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de fevereiro de 1942.



instituição surge, “[...] respondendo à necessidade básica de qualificação da força de trabalho necessária a expansão industrial”.

Outra instituição importante criada nesse contexto, segundo Iamamoto e Carvalho (2011) foi o Serviço Social da Indústria (SESI)⁹, em 1946, tendo como papel principal tomar medidas para contribuir para o bem-estar dos trabalhadores industriais. Seu trabalho voltava-se para a socialização e o lazer dos operários, se constituindo em um mecanismo que procurava contribuir cada vez mais para a subordinação dos trabalhadores ao patronato.

Tais instituições, enquanto parceria entre Estado e Capital, foram importantes para a consolidação da burguesia industrial brasileira, uma vez que,

[...] o empresariado industrial, não mais diretamente pela fábrica, mas através de um sistema de formação profissional paralelo e complementar à política estatal de preparação para o trabalho, tomou a si a tarefa de formação técnico-política de uma parcela da classe operária já engajada no mercado de trabalho fabril (NEVES, 1991, p. 198).

A criação de instituições profissionalizantes, fundadas por meio da parceria entre Estado e burguesia industrial, na realidade foi uma estratégia imprescindível para subordinar a classe operária, para além do interior das fábricas, estendendo o controle sobre a força de trabalho. Neves (1997) explicita abaixo como acontece essa dominação:

A formação profissional em sentido estrito no Brasil, portanto, além de destinar-se ao treinamento da mão-de-obra necessária à execução de tarefas simples nos vários setores produtivos, ou seja, aquelas tarefas que não demandam o domínio de fundamentos científicos-tecnológicos para a sua execução, responsabiliza-se pela formação de um exército industrial de reserva, que vem sustentando, historicamente, as políticas governamentais de arrocho salarial (NEVES, 1997, p. 26).

Assim, é de suma importância para a burguesia industrial a viabilização de mão de obra que, não estando inserida no mercado de trabalho por falta de qualificação, tenha como funcionalidade servir de mecanismo para pressionar os trabalhadores empregados, especialmente em situações de crise, fazendo com esses de subordinem ainda mais às forças opressoras do capital. Assim, colocam-se em lados opostos os trabalhadores qualificados e os que não possuem qualificação.

⁹ O SESI foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.403, de 25 junho de 1946.



Ainda no debate acerca do ensino profissionalizante, na década de 1950 e 1960, as chamadas Escolas Industriais e Técnicas passam a ser denominadas de Escolas Técnicas Federais, intensificando o processo de formação de mão de obra de nível técnico, diante do processo de intensificação da industrialização dessa conjuntura. Ressaltando que, nas décadas de 1970 e 1980, essas Escolas Técnicas Federais passam a ser os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com o objetivo de formar engenheiros e também tecnólogos (BRASIL, 2013b). É preciso destacar que a partir do ano de 2008, por meio da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os chamados IFs com o objetivo de substituir os CEFETs.

Essas alterações acompanham o processo de reprodução ampliada do capital, principalmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil, sendo que a mudança no mundo do trabalho é resultado do desenvolvimento da esfera econômica, que por sua vez impacta na esfera social. Nesse sentido, o item a seguir visa aprofundar o debate sobre o ensino profissionalizando na década de 1990, enfocando, sobretudo as políticas governamentais brasileiras de incentivo à formação técnica.

As Políticas de ensino profissionalizante a partir da década de 1990 no Brasil

Sabe-se que historicamente o trabalho profissionalizante no Brasil consistiu em uma preocupação em qualificar força de trabalho em função dos interesses do capital. Assim, se para realizar uma leitura atualizada, como se dá as políticas educacionais voltadas para o ensino profissionalizante, é preciso adentrar à análise dos governos que assumiram o poder a partir dos anos 1990.

No âmbito desse trabalho inicialmente irá se considerar inicialmente os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pois, segundo Pinto (2002) é a partir desse governo que surgem as reformas educacionais em toda a esfera pública de educação, implantando um novo modelo de educação de nível médio e profissional.

Segundo Galvão *et al.* (2005), as reformas educacionais realizadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, promoveram uma ruptura entre o ensino médio e o profissionalizante, na medida em que criou, por meio da Lei de Diretrizes de Base da



Educação (LDB – Lei nº 9.394/1996), três níveis ou modalidades de educação profissional: básico, técnico e tecnológico, o que possibilitou exatamente o que o Governo de caráter neoliberal com o de FHC planejava que era a promoção de uma maior articulação ou parceria entre o Ministério da Educação e do Trabalho e Emprego e as instituições públicas e privadas na execução da educação profissionalizante, expandindo a oferta de ensino profissionalizante pelo setor privado.

É preciso ressaltar que a implantação desse novo modelo educação profissional é fortemente permeada pela ideia de que o modelo de educação técnica anterior, que era eminentemente subsidiada pelo fundo público, passaria agora para a iniciativa privada, reforçando a dualidade da educação brasileira entre educação pública e privada.

Com isso, ainda segundo Galvão *et al.* (2005), houve a desescolarização do ensino técnico, uma vez que a profissionalização deveria estar totalmente voltada não a uma formação geral, mas sim especializada, a qual deveria atender as necessidades de força de trabalho especializada por parte das empresas. Houve, nesse sentido, o que o autor denomina de “antinomia”¹⁰ entre a educação geral e a educação técnica.

Em subsequência assume o governo brasileiro, em 2003, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, gerando uma forte expectativa pela ruptura com o projeto neoliberal que era posto no governo FHC, mas na verdade, a sociedade acaba por se deparar com a continuidade das preconizações do projeto neoliberal, revestido agora de roupagem política econômico de incentivo e expansão de programas governamentais de combate à pobreza, com característica focalizada e seletiva.

O que de significativo se pode apontar é o Decreto nº 5.154/2004, que visa regulamentar os artigos da LDB referentes ao ensino profissional e técnico. Assim, se no período de FHC houve a cisão entre ensino médio e ensino técnico, o referido decreto permitiu que os dois níveis de ensino pudessem ser articulados novamente: “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício das profissões técnicas” (BRASIL, 2004, p. 1).

Com o referido decreto há uma ampliação no conceito de oferta de ensino técnico, como aponta em seu segundo artigo:

¹⁰ Antinomia é uma “contradição entre duas leis, princípios, crenças, etc. que, individualmente, porém, são coerentes” (FERREIRA, 2010, p. 50). A antinomia, portanto, é um conflito entre ideias, e no âmbito do presente trabalho, designa a contradição posta com a separação entre ensino geral e ensino técnico.



A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho (BRASIL, 2004, p. 1).

Fica claro que essas medidas tomadas trouxeram uma flexibilidade maior a essa modalidade de ensino, propondo um avanço na educação, no que diz respeito à oferta de ensino profissionalizante, que se torna, então cada vez mais dinâmico. Assim, um dos pontos crucial dessas medidas referentes a educação profissional veio a propor nova institucionalidade para as políticas públicas voltadas para a educação profissional. Nesse sentido, em consonância com o decreto, a educação profissional deve visar não somente a qualificação de força de trabalho que venha ao encontro dos interesses do mercado, mas deve preparar o sujeito para o pleno exercício da cidadania.

Nessa dinâmica do sistema capitalista, o Estado passa a ser o ator fundamental para reforçar a dinâmica do mercado, através de suas políticas, atuando com base nos interesses do capital, criando as condições necessárias para produção e reprodução do sistema, mas ao mesmo tempo, tem-se a procura por legitimação sociopolítica, e para tanto, as políticas sociais também são construídas tendo como cerne o objetivo de produzir efeitos sociais.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as possibilidades que as Políticas Sociais oferecem na geração de emprego e renda através da qualificação profissional no contexto da reprodução do capital.

É nessa dinâmica entre Capital, Estado e sociedade, que surge a necessidade da qualificação da mão de obra, que é de suma importância para o desenvolvimento do processo produtivo, sendo, dessa forma, funcional aos interesses do capital, na medida em que busca o aumento da produtividade e da acumulação de capital. Partindo desse pressuposto, a Educação Profissional torna-se, então, uma ferramenta central para superar a qualificação da mão de obra para a inserção no mercado de trabalho.



De acordo com Santos e Rodrigues (2012), a Educação Profissional e Tecnológica surge de forma consolidada, na última década, como uma das principais políticas públicas implantadas pelo Governo Federal na área da educação, sendo composta por um conjunto de ações e programas desde a reformulação das Escolas Técnicas e Centros Tecnológicos.

Nesse sentido, evidenciou-se que há uma preocupação em preparar o trabalhador para ingressar no mundo do trabalho, havendo a demanda pelo treinamento de mão-de-obra com o objetivo de atender as requisições do mercado de trabalho. Nesse âmbito, as políticas sociais direcionadas a qualificação profissional assume cada vez mais a demanda de ofertar cursos técnicos para a população, com o objetivo de aumentar os índices de mão de obra qualificada em vista das necessidades do capital na era globalizada.

Entende-se que o sistema de produção capitalista ao propiciar a consolidação do modelo de sociedade burguês, efetiva também ideologias que se tornam hegemônicas, ou seja, são naturalizadas nas relações construídas em sociedade. Tais relações são difundidas como valores definidos e preservados pela sociedade.

Nesse processo, os valores capitalistas são difundidos, reforçados e praticados socialmente, colocando os indivíduos no lugar de não sujeitos da história, como se não fossem capazes de interferir e decidir sobre os rumos da sociedade, de fazer diferente, de fazerem história, de se colocarem como sujeitos no processo de construção de suas vidas, na dimensão pessoal, bem como do seu papel como sujeito na dimensão profissional.

Assim, por meio da pesquisa pôde-se perceber como se deu as relações de produção e reprodução do trabalho, também entender como as organizações no modo de produção oram se concretizando através de novos modelos produtivos, os quais tendem cada vez mais a aprofundar a lógica de dominação do trabalho pelo capital, bem como mascarar as desigualdades e precarizar os direitos sociais.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.



ANTUNES, Ricardo. **A Deus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14^o Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2^o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Histórico da Educação Profissional.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: setembro de 2013.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora.** Ano II, número 3, dezembro de 2008

COUTO, Berenice Rojas. **Direto social e assistência social na sociedade Brasileira:** Uma Equação possível? 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** Nº 14. Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba: Positivo: 2010.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GALVÃO et al. A metamorfose da educação profissional no Brasil: reflexões sobre a práxis pedagógica frente aos desafios da sociedade contemporânea. **Práxis Educacional.** Nº. 1, Vitória da Conquista, Bahia, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em Tempo de Capital e Fetichismo:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4^o Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. CARVALHO. Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 35^o Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO: BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Lúcia M. W. **Brasil Ano 2000:** uma nova divisão de trabalho na educação. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias, 1997.

_____. **A Hora e a Vez da Escola Pública:** um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.



PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995- 2002). **Educação e Sociedade**. Nº. 80, Vol. 23, setembro, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

LIMA, A.A.; BESERRA, T.M.A.C. As políticas Sociais no contexto da reprodução da força de trabalho, na dinâmica do capital. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Set-Out de 2016, vol.10, n.31, Supl 2, p. 262-281. ISSN 1981-1179.

Recebido: 25/09/2016

Aceito: 28/09/2016